

abpi.empauta.com

Brasília, 09 de janeiro de 2026 às 07h52

Seleção

Sumário

InMagazine - IG

Macron diz que França vota contra acordo UE-Mercosul	3
--	---

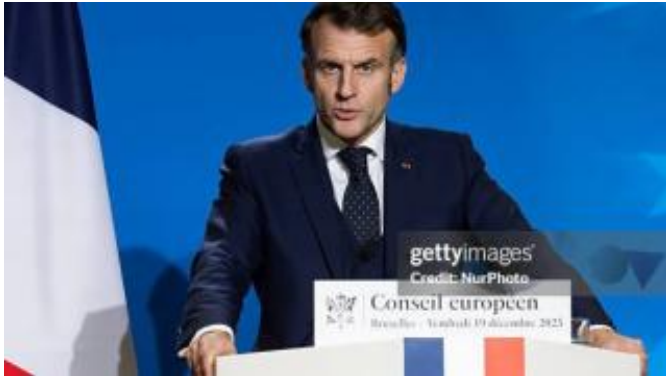
Migalhas

Novas regras aduaneiras para a proteção da propriedade intelectual	5
--	---

Folha de S. Paulo

Plataformas piratas seguem fora do ar após cerco a 'gatonet'	6
--	---

Macron diz que França vota contra acordo UE-Mercosul



Por Igor Boigues

Mesmo com voto da França contra acordo UE-Mercosul, União Europeia tenta avançar com apoio de Alemanha, Espanha e possível voto da Itália

O presidente da França, Emmanuel Macron, afirmou nesta quinta-feira (8) que o país votará contra o acordo entre a União Europeia e o Mercosul, conhecido como UE-Mercosul. A princípio, a posição será levada à reunião de embaixadores do bloco, marcada para esta sexta-feira, em Bruxelas.

Ainda segundo Macron, a decisão já foi comunicada à presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. Com isso, a França reafirma seu papel como principal foco de resistência ao tratado comercial.

França lidera oposição dentro do bloco

Além da França, a Irlanda, a Hungria e a Polônia também mantêm posição contrária ao acordo. Ainda assim, a Itália, antes reticente, passou a sinalizar apoio condicionado. Já Macron, reiterou que não aceitará qualquer tentativa de acelerar ou impor a ratificação do tratado e afirmou que o texto atual não garante proteção suficiente aos agricultores franceses.

Comunicado de Emmanuel Macron contra acordo (Foto: reprodução/Instagram/@emmanuelmacron)

No mês passado, o presidente já havia exigido novas salvaguardas para o setor agrícola. Na ocasião, afirmou que "as contas não fecham" para a França. Entre produtores rurais, o acordo é visto como ameaça direta. Logo, agricultores temem con-

corrência com produtos sul-americanos mais baratos e com regras ambientais diferentes.

Como resposta, o governo francês suspendeu temporariamente importações agrícolas específicas. A medida atinge produtos tratados com agrotóxicos proibidos na União Europeia. A lista inclui frutas, batatas e outros itens sul-americanos. A suspensão vale por um ano, mas ainda depende do aval da Comissão Europeia. Mesmo assim, agricultores organizaram protestos em Paris nesta quinta-feira. Os atos ocorreram em áreas turísticas e ruas centrais da capital francesa.

Assinatura do acordo pode ocorrer na segunda-feira

Apesar da oposição francesa, o acordo pode avançar para a fase final. O Conselho da União Europeia se reúne nesta sexta-feira para decidir sobre a autorização. Para isso, a Comissão Europeia precisa do apoio de pelo menos 15 países, sendo assim, esse grupo deve representar, no mínimo, 65% da população do bloco.

UE e Jordânia veem cooperação bilateral (Foto: reprodução/Salah Malkawi/ Embed)

Caso o aval seja concedido, Ursula von der Leyen poderá assinar formalmente o acordo na próxima segunda-feira (12), no Paraguai. Dessa forma, o tratado criaria a maior área de livre comércio do mundo, já que vem sendo negociado desde 1999, prevendo redução gradual de tarifas. Além disso, estabelece regras para comércio industrial, agrícola, investimentos e padrões regulatórios. Para o Brasil, maior economia do Mercosul, o acordo amplia acesso a um mercado de 451 milhões de consumidores. Os impactos atingem agronegócio, indústria e serviços.

Alemanha, Espanha e possível apoio da Itália

Em outro cenário, Alemanha e Espanha defendem o avanço imediato do acordo, já que para esses países, o pacto fortalece a posição global da União Europeia. Nesse ínterim, o chanceler alemão, Friedrich Merz, afirmou que decisões precisam ser tomadas agora e que o acordo preserva a credibilidade comercial do bloco. O tratado também é visto

como resposta às tarifas impostas pelos Estados Unidos.

Além disso, reduz a dependência europeia da China. Já a Itália passou a integrar o cálculo da Comissão Europeia e, segundo fontes diplomáticas, deve votar a favor nesta sexta-feira. Ao passo dos acontecimentos, o apoio italiano veio após promessa de mais recursos ao setor agrícola. A Comissão propôs acelerar a liberação de 45 bilhões de euros. A primeira-ministra Giorgia Meloni classificou a iniciativa como positiva. O ministro da Agricultura também indicou aumento de investimentos entre

2028 e 2034.

Mesmo com resistências concentradas no campo, o tratado abrange indústria, serviços e **propriedade intelectual**. Por isso, segue recebendo apoio de diferentes setores econômicos. O Itamaraty foi procurado a respeito da fala de Macron, mas não comentou a declaração.

Novas regras aduaneiras para a proteção da propriedade intelectual



Ato da Receita reforça dever aduaneiro de reter mercadorias suspeitas de violar marcas, permitindo perdimento administrativo e fortalecendo a proteção da **propriedade intelectual**.

Novas regras aduaneiras para a proteção da **propriedade intelectual** Raul Murad Ribeiro de Castro Ato da Receita reforça dever aduaneiro de reter mercadorias suspeitas de violar marcas, permitindo perdimento administrativo e fortalecendo a proteção da **propriedade intelectual**. quinta-feira, 8 de janeiro de 2026

Atualizado às 10:06

Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

No dia 4/12/25, houve a publicação de relevante ato normativo para a proteção da **propriedade intelectual** no âmbito aduaneiro, editado pelo secretário especial da Receita Federal do Brasil. Cuida-se do ato declaratório interpretativo RFB 3, de 3 de dezembro de 2025.

Até o momento, a matéria era regida apenas pelos arts. 605 a art. 608 do decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009. Em que pese a clareza dos dispositivos legais, ao que parece, havia certo receio das autoridades aduaneiras em realizar a apreensão de produtos possivelmente infringentes a marcas. Diante disso, existia uma compreensão de que a matéria precisaria ser melhor regulamentada, com

fins a esclarecer essa, aparente, lacuna legislativa.

Ao que se verifica, isso não mais ocorre. O secretário especial detalhou que é dever das autoridades aduaneiras reter mercadorias com suspeita de falsificação, alteração ou imitação de marca, ou com falsa indicação de procedência. Ressaltou-se que a questão cuida de matéria de ordem pública, relacionada à defesa do consumidor e do meio ambiente, tutela da saúde e da segurança nacional.

Nessa linha, o ato declaratório reforçou que, uma vez apreendidos certos produtos, a autoridade aduaneira poderá, de ofício, intimar o titular do direito de **propriedade industrial** a fornecer provas de que há infração. Após a observância do contraditório, caso se conclua pela demonstração "prima facie" da violação, a autoridade aduaneira aplicará, administrativamente, a pena de perdimento.

Essa sistemática sedimenta interpretação no sentido de que é possível a atuação administrativa da autoridade aduaneira ex officio, independentemente do início do processo de "apreensão judicial das mercadorias" pelo titular das marcas. Desse modo, ainda que não haja a instauração de processo judicial pelo proprietário do direito (em tese) violado, a pena de perdimento ainda assim poderá ser aplicada pela autoridade aduaneira.

Nesse sentir, verifica-se que o ato declaratório se qualifica como um mecanismo de desjudicialização, aparentemente voltado a imprimir maior celeridade e eficácia na proteção da **propriedade intelectual** no âmbito fronteiriço.

O regulamento possui caráter vinculante às autoridades aduaneiras.

Raul Murad Ribeiro de Castro Doutor em Direito Civil pela UERJ. Professor da PUC-Rio. Sócio do Denis Borges Barbosa Advogados

Denis Borges Barbosa Advogados

Plataformas piratas seguem fora do ar após cerco a 'gatonet'



São Paulo - No fim de 2023, autoridades apertaram o cerco contra plataformas de streaming pirata no Brasil e retiraram milhares de páginas ilegais do ar. Conhecidos como "gatonet", os sites oferecem acesso a um grande catálogo de produtos audiovisuais por preços módicos, já que não pagam **direitos autorais** ou impostos, o que é crime.

Alvo de ação do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) do Ministério Público em novembro, a plataforma Tyflex, por exemplo, vendia uma assinatura vitalícia por R\$ 30, com acesso a canais de televisão, filmes e séries. O serviço saiu do ar depois que a operação adotou uma estratégia de asfixia financeira da empresa.

Assim, clientes ficaram sem acesso aos conteúdos e passaram a se queixar na **internet** e em portais como o Reclame Aqui. Mas os direitos do consumidor nesse caso são limitados, visto que contratos de prestação de serviço considerados ilegais perdem a validade jurídica.

A ação que mirou a Tyflex, batizada de Endpoint, foi uma das conduzidas por órgãos de investigação nos últimos meses. Operações da Procuradoria e do Ministério da Justiça mostraram que os esquemas envolvem também táticas complexas de lavagem de dinheiro com CNPJs frios e criptomoedas.

O Ministério Público diz seguir com o protocolo de asfixia financeira. A estratégia busca evitar que criminosos sigam com as IPTVs (sigla para TV online) piratas no ar após o bloqueio do site, por meio de uma mera troca de endereço de IP (o endereço virtual da página).

Em dezembro, a Justiça de São Paulo condenou responsáveis por plataformas de streaming pirata em Penápolis (SP). A decisão foi a primeira do tipo no país. Cinco pessoas, apontadas como responsáveis pela antiga IPTV Meu Pannel, receberam penas de cinco a seis anos de prisão, além de multa, por violação de **direitos autorais** e associação criminosa.

A defesa alegou irregularidades na cadeia de custódia das provas, o que foi rejeitado. Cabe recurso.

De 2023, quando instalou um laboratório de combate à **pirataria**, até 2025, a Anatel atuou no bloqueio de 40.165 IPs e 6.996 sites de TV Boxes piratas.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	4
Propriedade Industrial	3
Propriedade Intelectual	1,2,3